

Barômetro da Infraestrutura Brasileira

Fevereiro de 2026 | 14ª Edição

■ ■ ■
The better the question.
The better the answer.
The better the world works.



EY Parthenon
Shape the future with confidence

Qual a percepção dos investidores sobre o cenário atual do setor de infraestrutura e as perspectivas futuras?

Essa foi a questão que motivou a ABDIB e a EY-Parthenon (EYP) a unirem esforços para conduzir uma pesquisa semestral com o objetivo de identificar o ânimo de empresários e especialistas dos setores de infraestrutura a respeito de temas que impactam a realização de investimentos e o desenvolvimento de projetos.

A determinação é produzir, duas vezes por ano, avaliações setoriais de qualidade, que ofereçam uma contribuição efetiva às autoridades públicas e aos agentes institucionais na formulação e na gestão de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

SUMÁRIO

4

Cenário
macroeconômico

8

Expectativa de
investimentos

14

Potencial para
PPPs e concessões

20

Relacionamento entre os poderes
e instituições públicas

23

Ambiente para
investimentos

30

Contexto atual da
infraestrutura no Brasil

A low-angle, upward-looking photograph of several tall buildings in Rio de Janeiro, Brazil. The buildings are made of light-colored stone or concrete with many windows. The sky is a clear, vibrant blue with scattered white clouds. In the center, a tall building features a flag on its roof. The perspective creates a sense of height and urban density.

1 Cenário macroeconômico

Produto Interno Bruto

O cenário macroeconômico mundial de 2025 foi caracterizado por incertezas. O aumento de políticas protecionistas e a revisão de acordos comerciais globais geraram riscos de desaceleração do crescimento mundial. Paralelamente, a persistência de conflitos geopolíticos desestabilizou mercados, exacerbando crises humanitárias e impactando cadeias de suprimento globais¹.

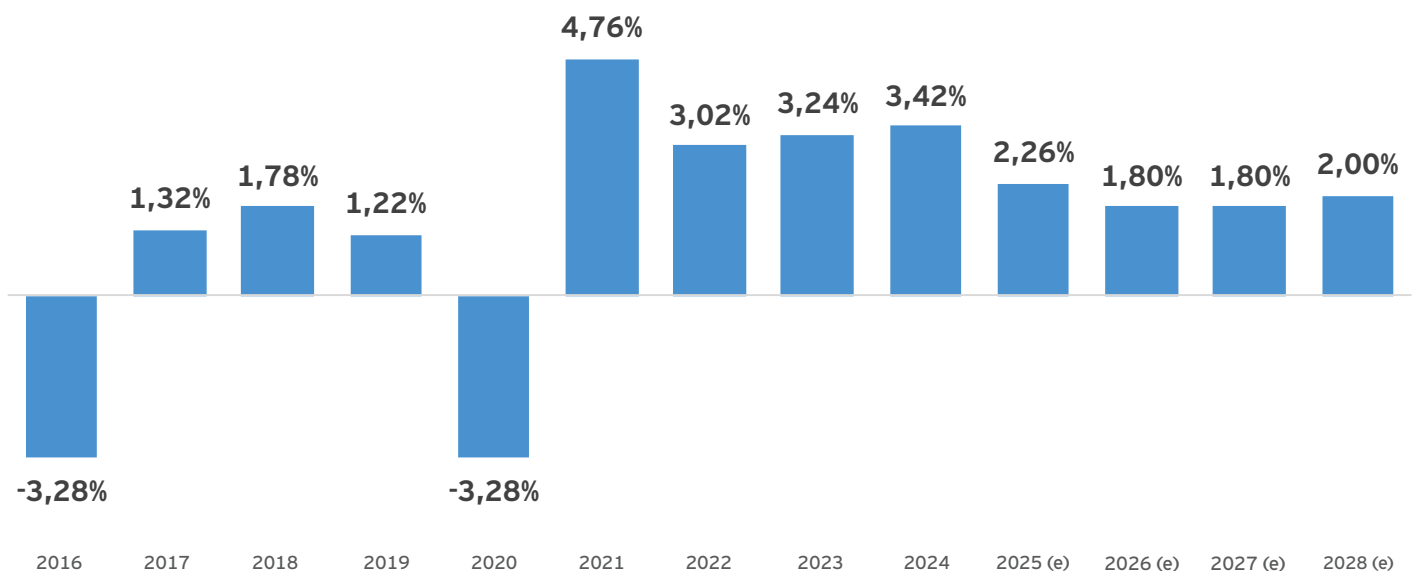
No âmbito das políticas econômicas, observou-se uma importante dicotomia, especialmente no Hemisfério Ocidental. Economias que mantiveram políticas fiscais expansionistas enfrentaram desafios crescentes sobre a sustentabilidade da dívida pública, com impactos sobre as taxas de juros. Em contrapartida, países comprometidos

com a consolidação fiscal buscaram abrir espaço para a estabilização monetária, visando blindar suas economias da volatilidade externa².

Diante deste panorama global desafiador, de acordo com o Relatório Focus de 29 de dezembro de 2025, publicado pelo Banco Central, o mercado projeta um menor crescimento da economia brasileira, com expectativa de crescimento de 2,26% em 2025.

As projeções para os anos seguintes indicam um ritmo de expansão inferior, sinalizando a necessidade contínua de estímulos ao investimento em infraestrutura, conforme ilustrado a seguir:

Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa acumulada ao longo do ano (%)



Fonte: IBGE Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e Boletim Focus do Banco Central (29/12/2025), com valores estimados a partir de 2025.

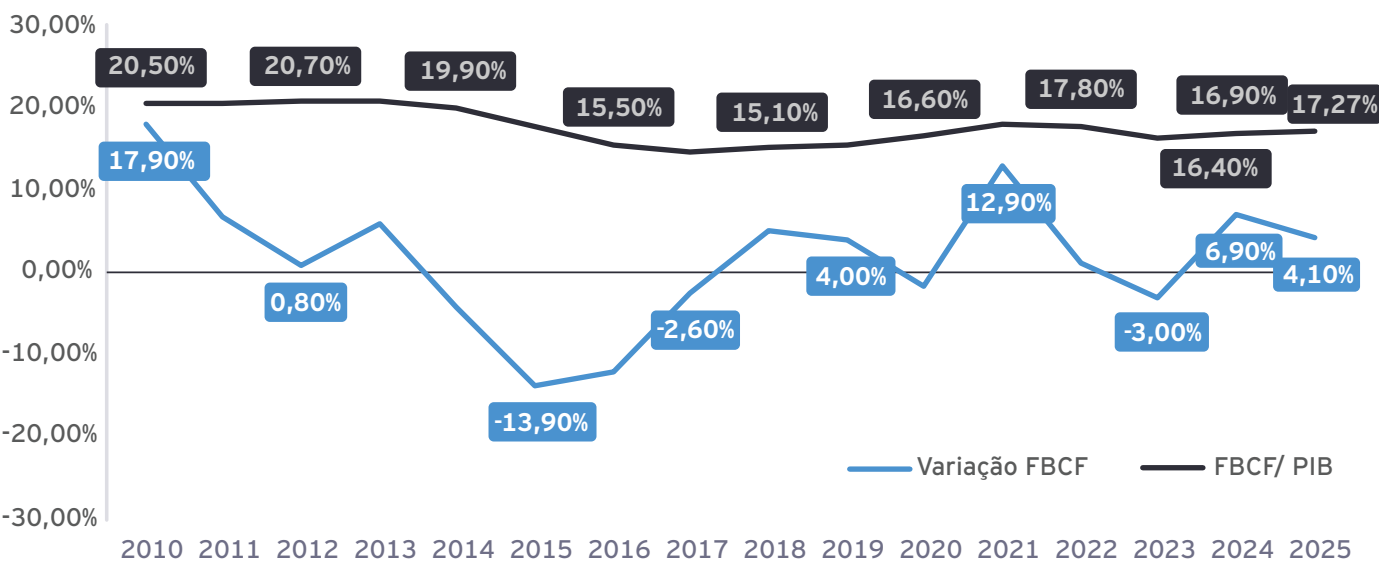
1. INTERNATIONAL MONETARY FUND. World Economic Outlook: global economy in flux, prospects remain dim. Outubro 2025. Disponível em: <http://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2025/october/english/text.pdf>. Acesso em: 19/12/2025.
2. INTERNATIONAL MONETARY FUND. Regional Economic Outlook: Western Hemisphere: navigating a shifting global environment. 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/reo/whd/2025/october/english/text.pdf>. Acesso em: 19/12/2025.

Investimento

No segundo e terceiro trimestres de 2025, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – indicador antecedente fundamental para o crescimento econômico sustentável – registrou expansão de 4,1% e 2,3%³, respectivamente, sobre os respectivos trimestres dos anos anteriores.

A taxa de investimento (proporção FBCF/ PIB) deverá fechar o ano de 2025 em 17,27%, representando um avanço de 0,37 p.p. em relação ao patamar de 16,90% mensurado em 2024⁴. A despeito dessa evolução, o indicador ainda permanece aquém dos níveis observados no passado recente e insuficiente para a recuperação sustentável da economia brasileira.

Formação bruta de capital fixo em relação ao PIB (%)



Fonte: Ipea, 2025.

3. IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Resultados do 3º trimestre de 2025. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

4. BNDES. Comentários sobre o PIB do 4T24. 2025. Disponível: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/26447>. Acesso em: 02 de junho de 2025.

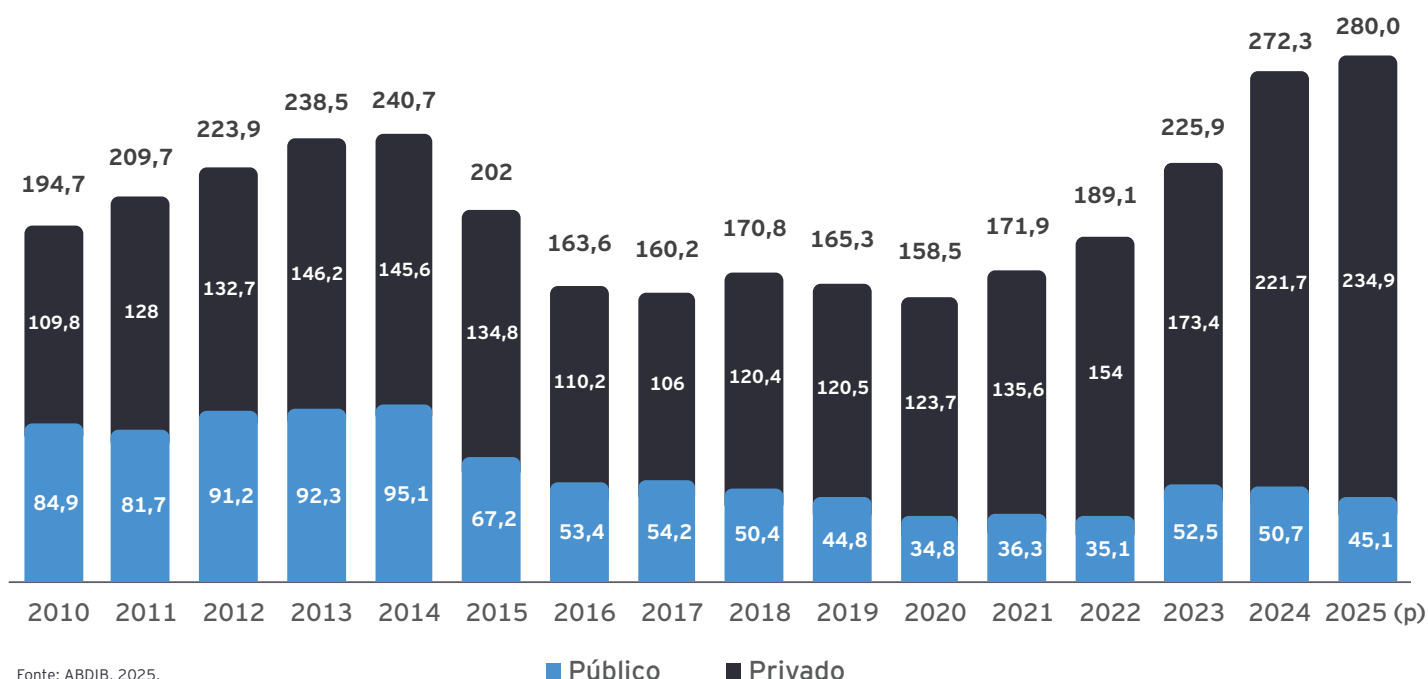


Investimentos em Infraestrutura

As projeções para 2025 realizadas pela ABDIB indicam um crescimento real de 2,83% no volume total de investimentos em infraestrutura, que deve

alcançar R\$ 280,0 bilhões, como mostra o gráfico abaixo.

Evolução dos Investimentos em Infraestrutura (R\$ bilhões em valores constantes de 2025 atualizados pelo IPCA)



Os investimentos em infraestrutura bateram novo recorde em 2025, com destaque para o investimento privado, com crescimento de 5,95%. O lado negativo está na queda do investimento público em 11,05%.

A iniciativa privada ampliou seu protagonismo, respondendo por 84% do total investido. Esse percentual representa a maior participação proporcional de toda a série histórica iniciada em 2010, superando os picos observados em 2022 e

2024. Em termos absolutos, o investimento privado previsto de R\$ 234,9 bilhões também se configura como o recorde da série.

As expectativas para a infraestrutura são positivas. Em 2026, diversos leilões já estão programados gerando bilhões de novos investimentos. Por outro lado, será necessário criar espaço nos orçamentos públicos (em especial, na União) para que o Estado possa voltar a investir, complementando os investimentos privados via PPPs.



Expectativa de Investimentos

Mantém-se a expectativa de estabilidade econômica, todavia nota-se forte recuperação da confiança e recuo da percepção de risco.

O encerramento de 2025 consolidou a percepção de uma estabilização cautelosa. Se por um lado os investimentos em infraestrutura bateram recordes (impulsionados pelo capital privado), por outro, o sentimento geral dos agentes econômicos permaneceu pressionado por incertezas globais e fiscais.

Cenário Internacional - O Banco Mundial, em seu relatório *Global Economic Prospects* de janeiro de 2026, confirmou a trajetória de “pouso suave” da economia global. O crescimento mundial estabilizou-se em 2,7% no acumulado de 2025, sustentado pela resiliência da economia norte-americana e pela desaceleração controlada da inflação. Para as economias em desenvolvimento, a expansão convergiu para uma média de 4,0%, patamar que, embora estável, evidencia a dificuldade dessas nações em retomar o dinamismo pré-pandemia devido ao custo de capital ainda elevado e à fragmentação do comércio global⁵.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) encerrou o ciclo de 2025 mantendo uma postura vigilante. A taxa dos Fed Funds fechou o ano no intervalo de 4,25% a 4,50% a.a.⁶ Embora a inflação tenha convergido para a meta, o mercado de trabalho apresentou sinais mistos no último trimestre – com criação de vagas ligeiramente abaixo do esperado –, o que levou o FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto) a sinalizar que cortes de juros mais agressivos ficarão apenas para o decorrer de 2026.

A China cumpriu sua meta oficial de crescimento “ao redor de 5%”. Segundo o National Bureau of Statistics (NBS), o PIB chinês encerrou 2025 com

expansão de 5,0%⁷, superando o ceticismo do início do ano. O resultado foi sustentado por estímulos industriais que compensaram a persistente fragilidade do setor imobiliário.

Cenário interno - O ano termina com o PIB crescendo um pouco menos do que nos últimos 4 anos (cerca de 2,3%), inflação dentro do limite superior da meta (4,26%), menor desemprego da história e elevada remuneração real do trabalho. O combo de baixo desemprego, elevada remuneração do trabalho e políticas de transferência de renda foi o responsável pela histórica redução da pobreza e da extrema pobreza no país e pela redução das ainda elevadas desigualdades de renda.

Aliás, este mesmo combo tem sido citado pelo Banco Central como uma das causas da resiliência da demanda agregada, fazendo com que continue elevada uma das mais altas taxas reais de juros do mundo, o que já está contribuindo para desacelerar os investimentos e a atividade econômica.

Nesta sondagem, observamos uma melhora no otimismo dos agentes para o próximo semestre. Observa-se a consolidação da estabilidade como o sentimento predominante, alcançando 50,8% das respostas – o maior patamar da série histórica apresentada. Paralelamente, a percepção otimista retomou a trajetória de crescimento, subindo de 19,3% para 27,1%, recuperando parte do patamar visto no semestre anterior.

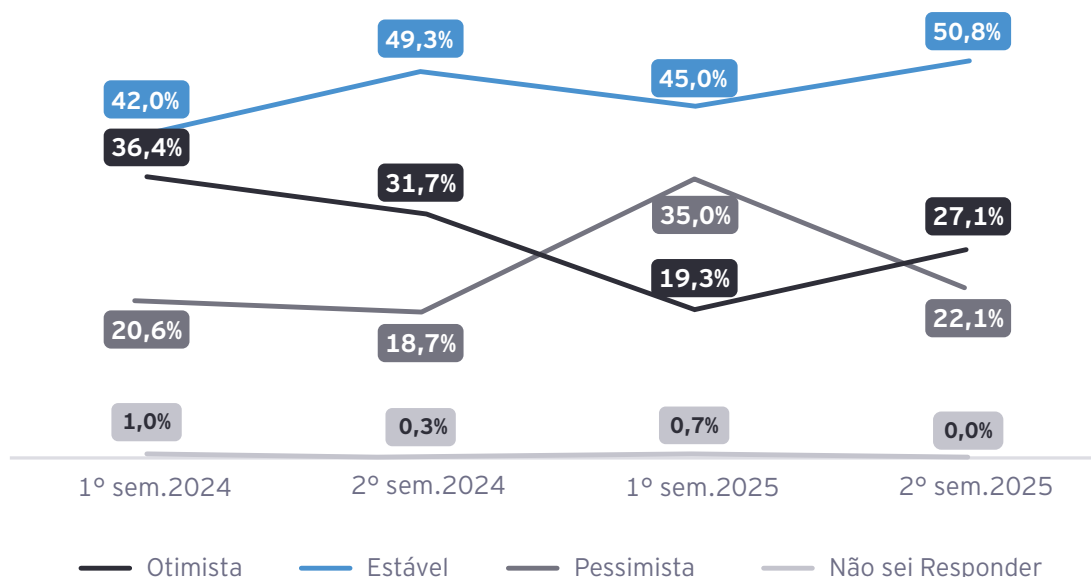
Este movimento é corroborado pela diminuição significativa do viés negativo. O índice de pessimismo sofreu uma forte retração, caindo de 35,0% para 22,1% no segundo semestre de 2025.

5. WORLD BANK. *Global Economic Prospects*. Referência para o crescimento global de 2,7% e economias em desenvolvimento a 4%. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 02/01/2026.

6. FEDERAL RESERVE. Fonte primária para a taxa de juros (Fed Funds Rate) e as atas das reuniões (Minutes). Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/fomccalendars.html/>. Acesso em: 02/01/2026.

7. NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. China - PIB Taxa de Crescimento Anual. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/>. Acesso em 02/01/2026.

1 Qual é a sua expectativa com relação ao crescimento econômico do país para os próximos seis meses?



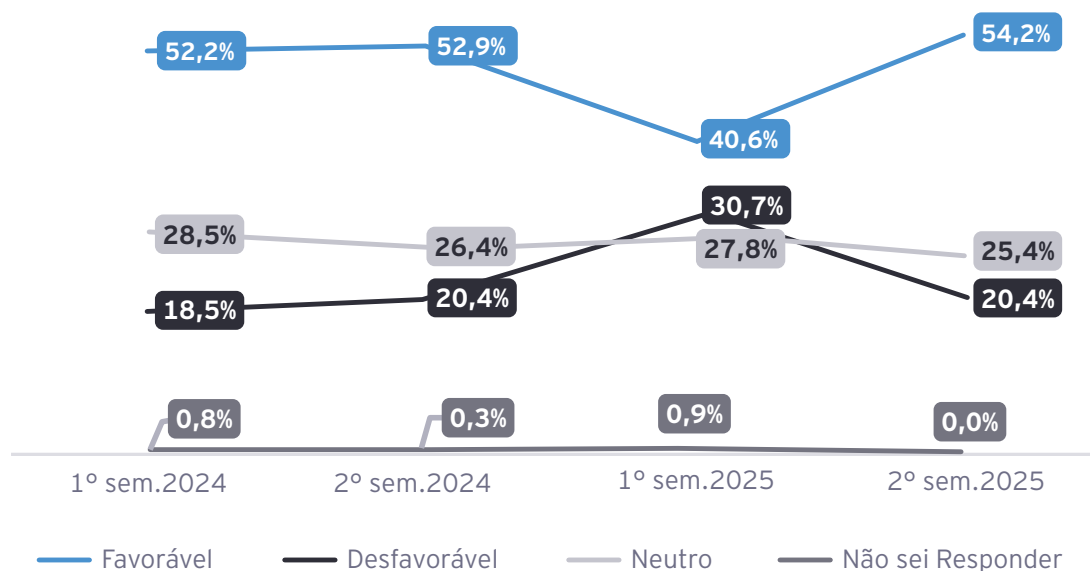
Avanço na percepção favorável e recuo das avaliações desfavoráveis quanto ao ambiente de investimentos

O levantamento atual evidencia uma melhora significativa no ânimo dos agentes para os próximos seis meses. A percepção favorável para a recepção de investimentos não apenas recuperou sua trajetória de alta, como atingiu o pico da série histórica apresentada, alcançando 54,2% de representatividade nesta edição. Este resultado reflete um crescimento de 13,6 p.p. em relação ao

semestre anterior, consolidando a visão otimista como a predominante no período.

Observou-se um recuo relevante nas avaliações negativas. A visão de condições futuras desfavoráveis caiu 10,3 p.p., saindo de 30,7% no primeiro semestre de 2025 para 20,4% na medição atual.

2 Como você classifica o cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos próximos seis meses?

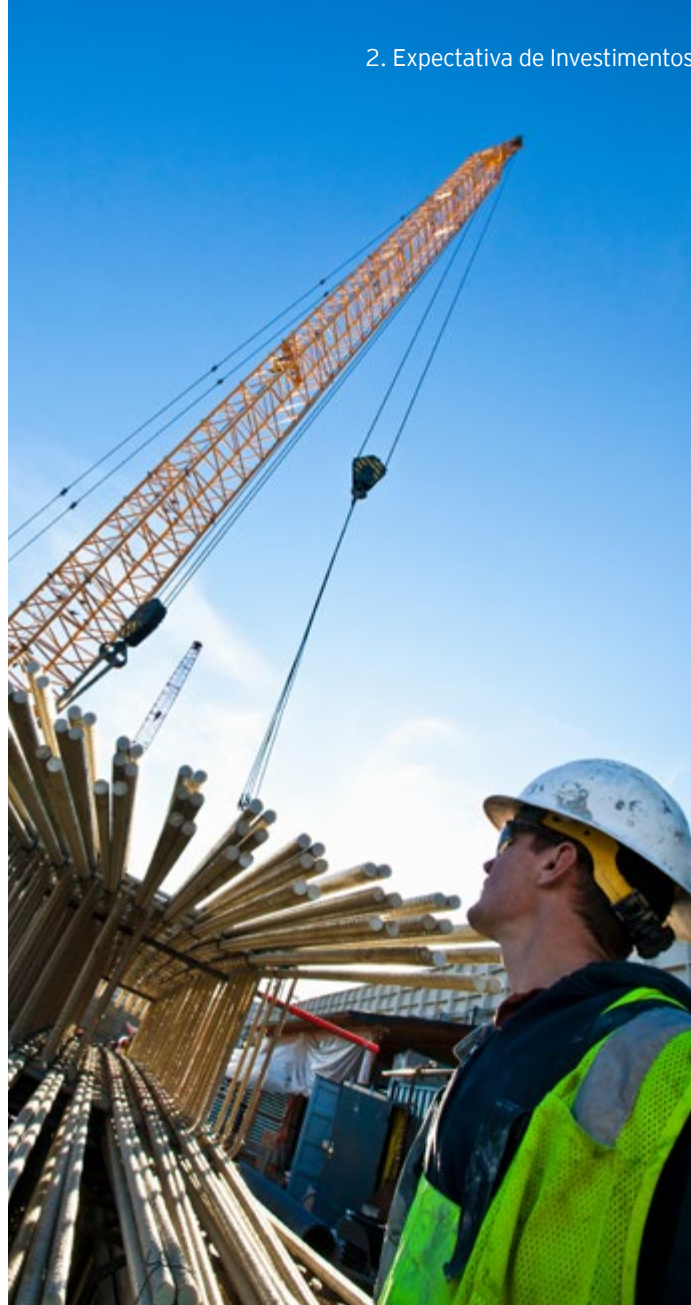


Estabilidade na percepção sobre a concretização de investimentos

Quando questionados sobre o grau de concretização das expectativas em relação ao cenário para a promoção de investimentos nos últimos 6 meses, observa-se que a percepção predominante (74,6%) é de que estas foram parcialmente alcançadas. Este resultado representa uma redução em relação aos 84,9% apurados na edição anterior, movimento que, neste contexto, não denota piora, mas sim uma migração para uma avaliação mais positiva.

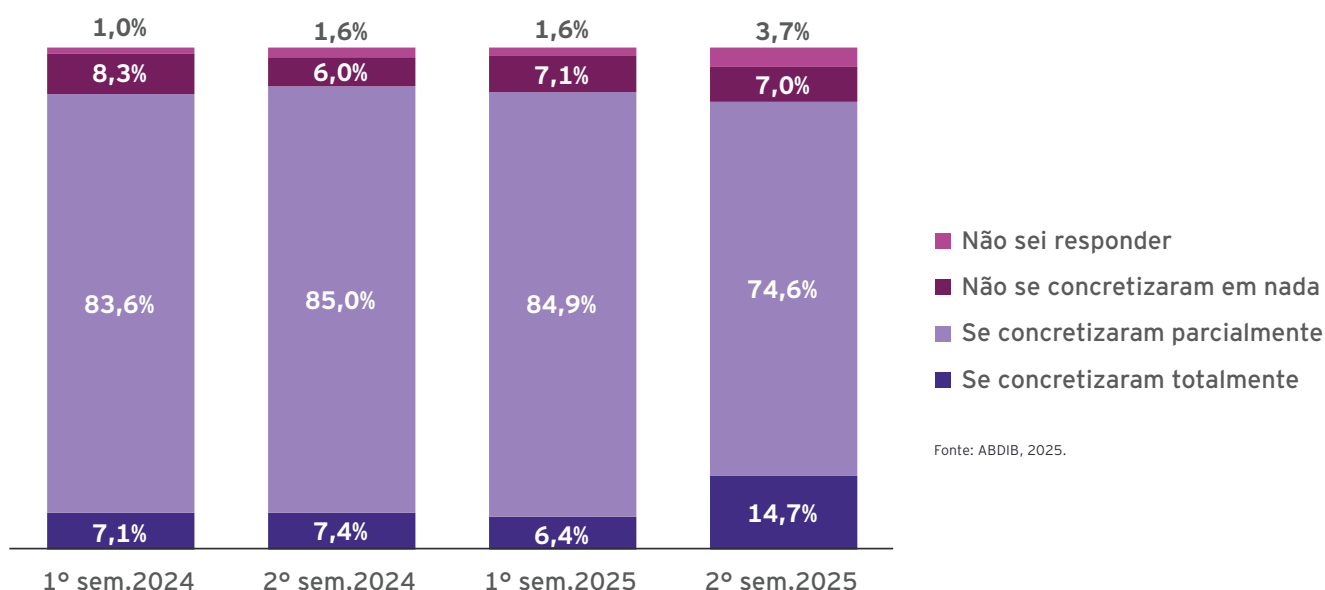
Nesse contexto, nota-se um aumento expressivo da percepção de cumprimento total. A compreensão de que a promoção dos investimentos esperados foi concretizada em sua completude apresentou acréscimo de 8,3 p.p. em relação à última edição, apurando resultado de 14,7%, ante 6,4% no levantamento anterior. A visão de que os investimentos “não se concretizaram em nada” permaneceu praticamente estável, variando de 7,1% para 7,0%.

Em suma, as respostas deste bloco indicam a potencialização de uma percepção retroativa mais otimista: o viés dominante de concretização parcial cedeu espaço para um crescimento robusto da concretização plena dos investimentos.



3

Você considera que suas expectativas com relação ao cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos últimos seis meses:



Retomada da percepção favorável quanto às contratações no setor e nas empresas

O otimismo relativo à geração de novos postos de trabalho no setor de infraestrutura voltou a ganhar força, revertendo a queda observada na edição anterior. Embora o patamar atual ainda esteja ligeiramente abaixo do pico de 2024 (47,9%), o resultado evidencia uma clara tendência de recuperação. Neste levantamento, 47,5% dos respondentes indicaram perspectivas favoráveis para contratações, o que representa um avanço de 11,3 p.p. em relação à pesquisa passada.

Esse movimento positivo foi acompanhado pela diminuição do pessimismo. Observou-se uma redução de 4,0 p.p. nas respostas que sinalizam uma percepção desfavorável, que caiu de 27,8% para 23,8%. Ademais, houve uma relevante diminuição na postura de cautela: o percentual de

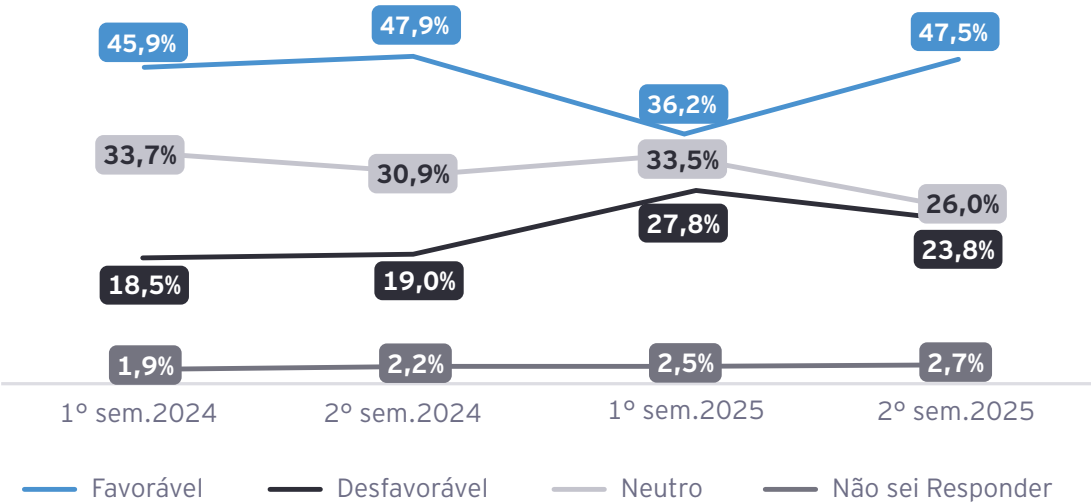
participantes que se declararam neutros recuou de 33,5% para 26,0%, indicando maior convicção dos agentes quanto à dinâmica do mercado de trabalho.

Em sinergia com a visão setorial, as expectativas para as próprias empresas dos entrevistados apresentaram tendência correlata. As percepções favoráveis para contratações internas subiram de 33,0% para 41,5%, enquanto o viés desfavorável recuou de 25,5% para 21,7%.

Em suma, os resultados desta edição sinalizam uma ampliação do apetite por contratações, sugerindo que o setor de infraestrutura projeta um ciclo de expansão de suas equipes, a despeito das incertezas remanescentes no cenário macroeconômico.

4

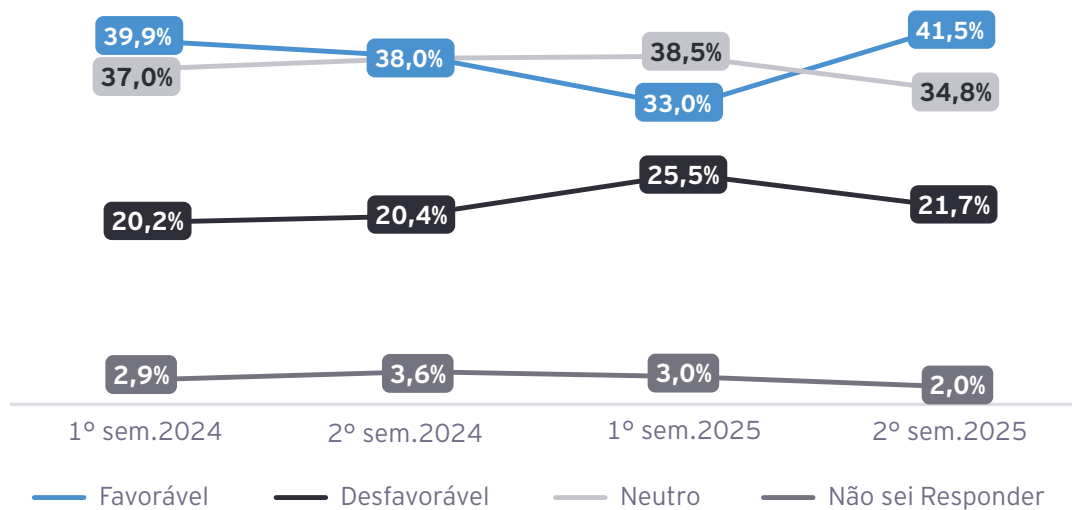
De que forma você percebe o cenário para a contratação de novos funcionários em seu mercado:



Fonte: ABDIB, 2025.



5 De que forma você percebe o cenário para a contratação de novos funcionários em sua empresa:



Fonte: ABDIB, 2025.

3 Potencial para PPPs e Concessões

A large-scale construction site is shown against a dramatic sky at sunset or sunrise. Several tall yellow tower cranes are positioned around several high-rise buildings under construction. The buildings have concrete frames and some are partially covered in scaffolding or safety netting. The sky is a mix of deep blue, purple, and orange. The overall scene conveys a sense of active infrastructure development.

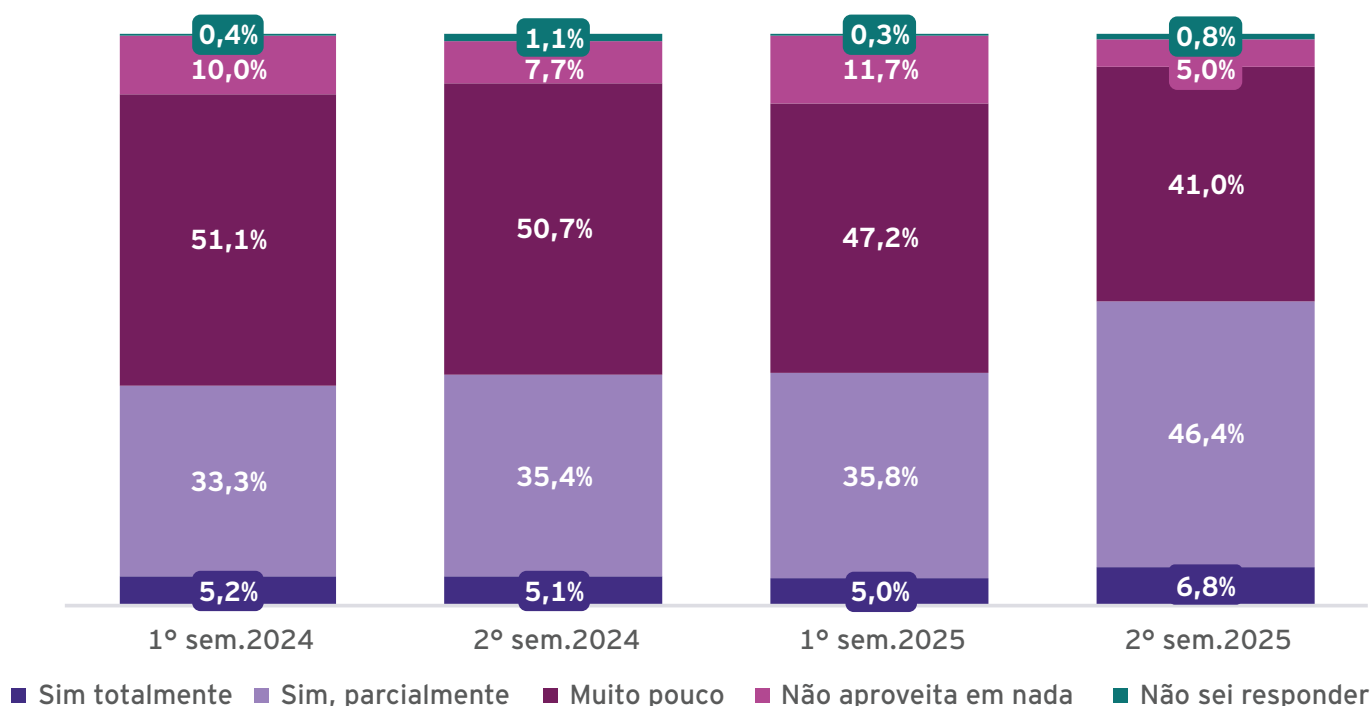
Potencial para investimentos via concessões e PPPs entre os entes federativos

A análise comparativa reafirma a consolidação dos governos estaduais como a principal referência na atração de investimentos privados. Mantendo a liderança isolada na percepção de eficiência, os estados registraram um aproveitamento agregado (soma de respostas “Total” e “Parcial”) de 64,4%. O destaque recai sobre o avanço consistente na visão de aproveitamento parcial, que atingiu 59,0% nesta edição – uma expansão de 4,7 p.p. frente ao levantamento anterior. O viés negativo permanece minoritário, restrito a 35,6% dos respondentes que apontam baixo ou nenhum aproveitamento.

Em paralelo, a União protagonizou a mudança mais relevante do período. Os dados confirmam uma inflexão positiva, com um salto de 12,4 p.p. na percepção favorável agregada, que avançou de 40,8% para 53,2%. Pela primeira vez na série recente, a visão positiva (liderada por 46,4% de aproveitamento parcial) superou o ceticismo, sinalizando que o mercado reconhece um esforço maior do Governo Federal na estruturação de projetos, aproximando sua performance daquela observada na esfera estadual.

1

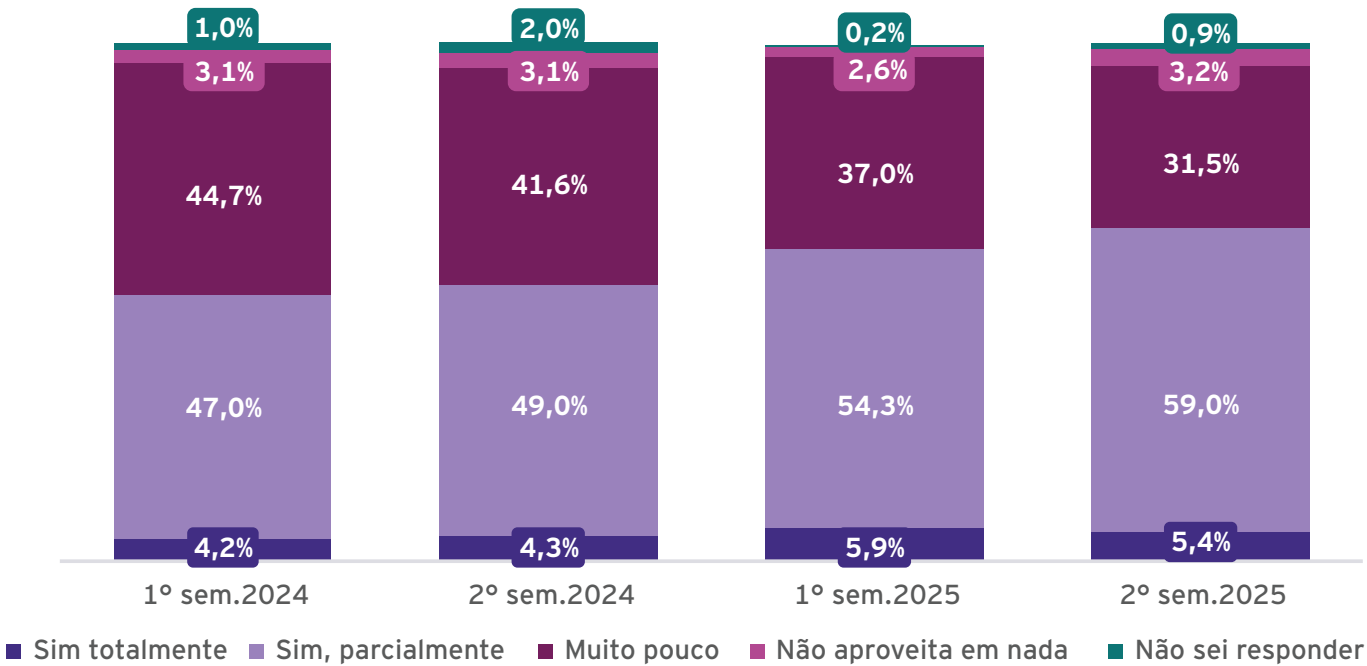
Você considera que a União aproveita o potencial que existe a nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs?



Fonte: ABDIB, 2025.

2

Você considera que os Estados aproveitam o potencial que existe neste nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs?



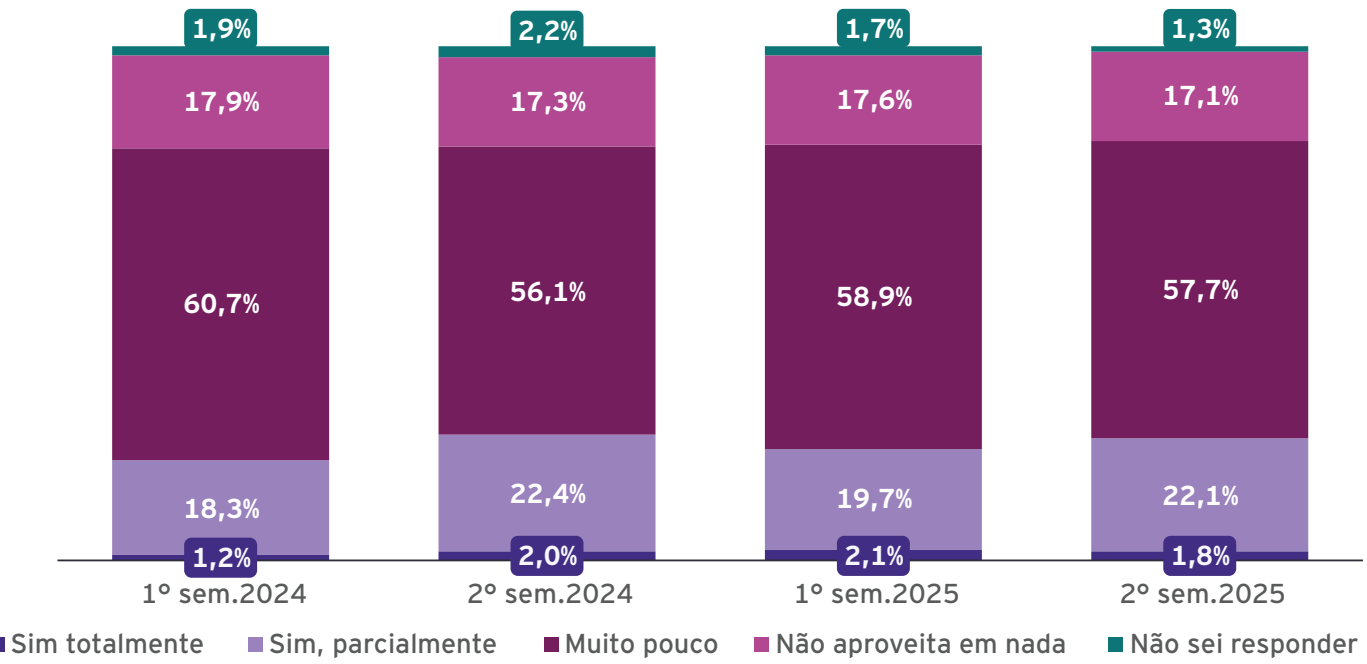
Fonte: ABDIB, 2025.

Já na esfera municipal, observa-se uma trajetória de evolução gradual, porém lenta. Os governos locais foram avaliados com um aproveitamento agregado de 23,9%, registrando uma leve ampliação de 2,2 p.p. frente à edição passada.

O resultado indica que, a despeito dos avanços marginais, a capacidade de estruturação de projetos em nível local permanece como o principal gargalo federativo para a expansão da infraestrutura.

3

Você considera que os municípios aproveitam o potencial existente em nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e de PPPs?



Fonte: ABDIB, 2025.

Em todas as esferas, prevalece a percepção de que há espaço para fazer mais em relação ao apoio a entes federativos.

No que diz respeito ao apoio do Governo Federal aos entes subnacionais, assim como da atuação dos estados junto aos municípios para o desenvolvimento de concessões e PPPs, mantém-se a percepção predominante de que há possibilidades de avanço dentro dos limites constitucionais.

A análise da atuação federal aponta uma elevação no percentual de entrevistados que avaliam como mínimo o esforço da União, passando de 29,0% no 1º semestre de 2025 para 32,0%. Por outro lado, observou-se uma contração na parcela que considera o apoio da União como o máximo possível, recuando de 7,0% para 5,9%. Esse movimento reforça a visão, apontada pela variação mais relevante do período, de que existem lacunas

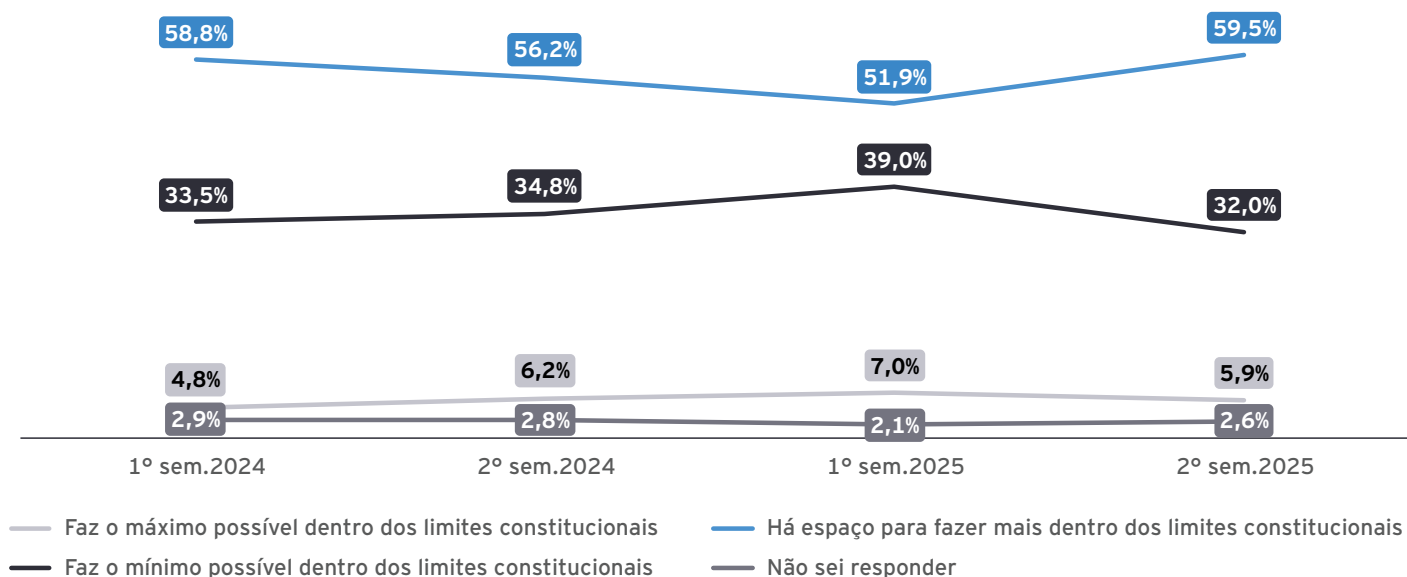
não preenchidas para que a União intensifique seu apoio.

Quanto à percepção sobre os governos estaduais no relacionamento com os municípios, 65,8% dos entrevistados apontam que há espaço para ações mais efetivas, ante 62,8% na edição anterior. Tal resultado configura-se como o mais elevado da série histórica, superando o antigo topo de 64,4% observado em 2022. Em contrapartida, foi registrado um decréscimo de 4,3 pontos percentuais entre aqueles que acreditam que os estados já realizam o máximo possível.

Os resultados apontam para um maior grau de exigência da atuação dos entes federativos no apoio a entes subnacionais.

4

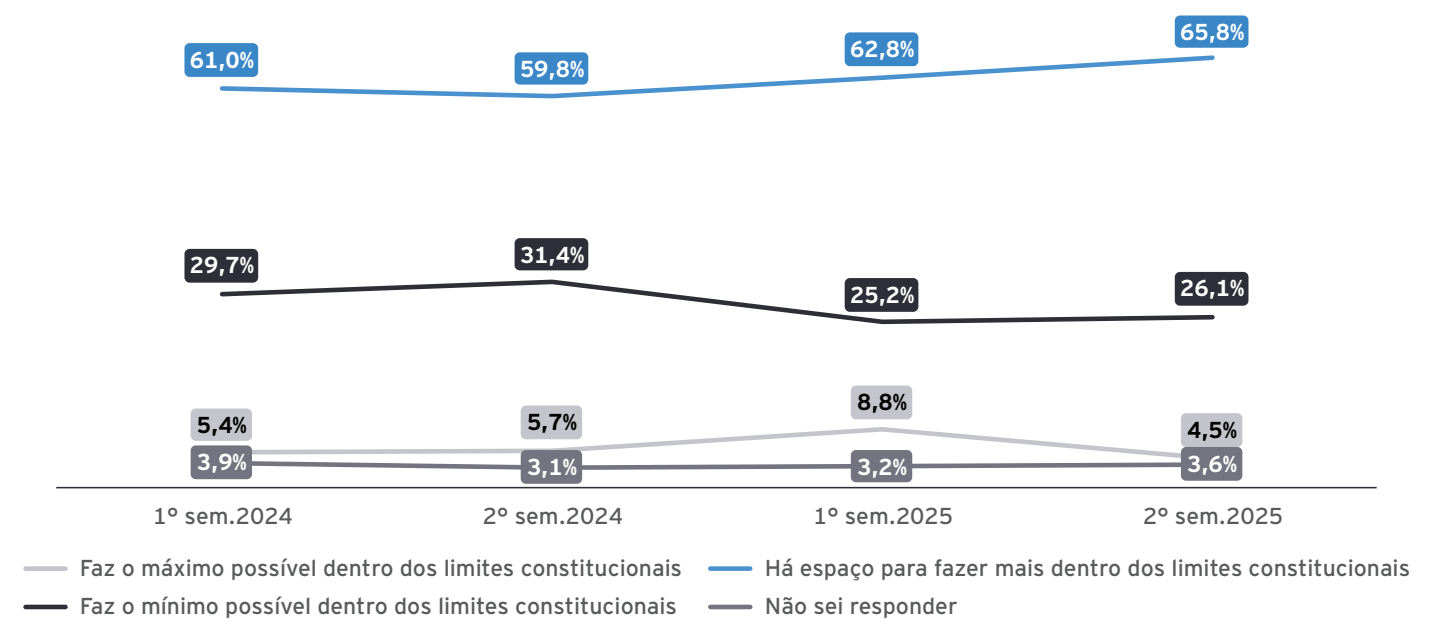
Como você avalia o apoio da União na promoção de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs em estados e municípios?



Fonte: ABDIB, 2025.

5

Como você avalia o apoio dos estados na promoção de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs nos municípios?



Fonte: ABDIB, 2025.



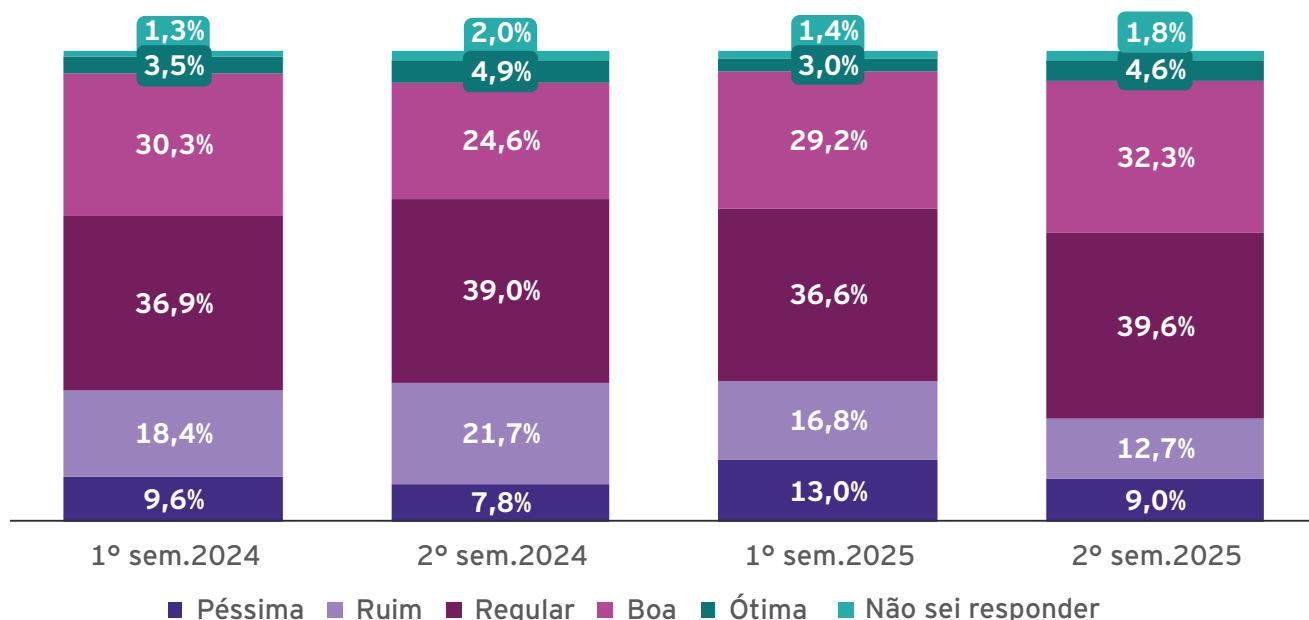
Pesquisa sinaliza avanço na percepção de segurança jurídica em projetos de infraestrutura no Brasil.

Houve um aumento da percepção positiva acerca da segurança jurídica no país para investimentos em concessões e PPPs, sendo os respectivos aumentos de 3,1 p.p para a resposta “boa” e 1,6 p.p para “Ótima”, que passaram de 29,2% para 32,3% e 3,0% para 4,6%, respectivamente. Em paralelo, os vieses que expressam pessimismo, a saber as concepções “ruim” e “péssima” perderam força, com reduções de 4,1 p.p (12,7% no último levantamento, ante 16,8%) e 4,0 p.p (9,0% agora, ante 13,0%), respectivamente.

Na publicação anterior, observou-se uma orientação que tangenciou a polarização de resultados, com retrações na parcela relativa à visão de um grau de segurança jurídica regular e ampliação dos resultados agregados positivos e negativos. Na edição atual, a movimentação aparenta ter sido dissipada, dando lugar a um consenso que se mostra alinhado ao eixo “regular-otimista”. Ainda assim, a percepção de que a segurança jurídica é “regular” permanece como a mais expressiva, enquanto o agregado das respostas “ótima” e “boa” totaliza uma representatividade de 36,8%, ante os 21,8% da síntese “ruim-péssima”, uma diferença de 15 p.p.

6

Como você avalia o grau de segurança jurídica para investimentos em concessões e PPPs no segmento de infraestrutura no Brasil?



Fonte: ABDIB, 2025.

4 Relacionamento entre os Poderes e Instituições Públicas



Se mantém a parcela dos entrevistados que não visualizam alteração no relacionamento entre o Poder Executivo e os órgãos de controle nos últimos 12 meses.

Consolida-se, no cenário atual, a predominância da percepção de que a situação no relacionamento entre o Poder Executivo e as instituições de controle se mantém inalterada (45,9%), registrando uma leve oscilação positiva de 0,4 p.p. em comparação com a pesquisa do 1º semestre de 2025.

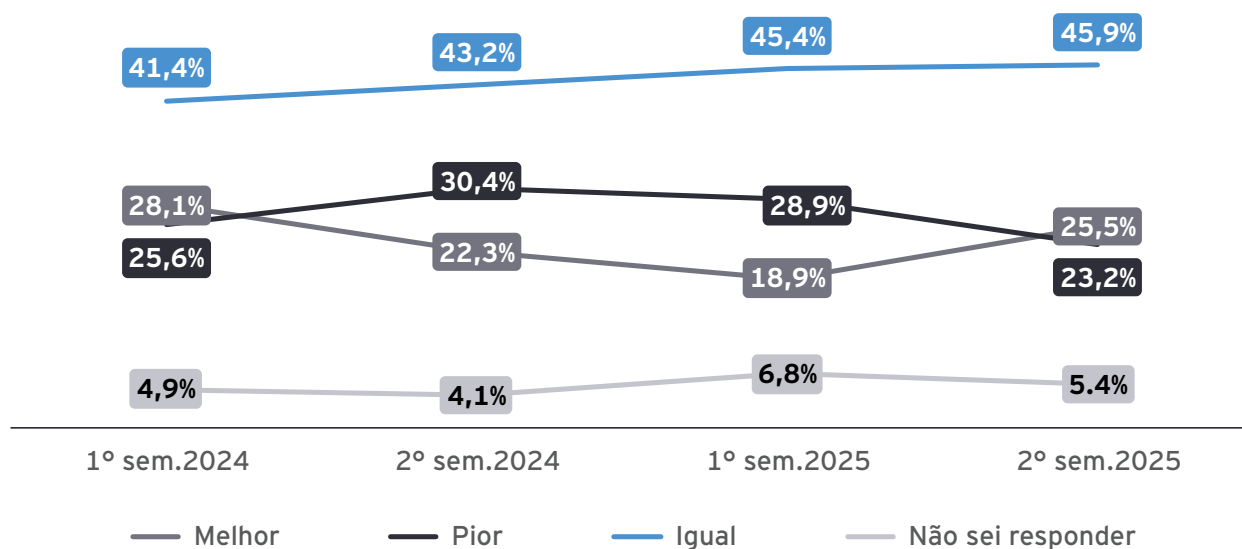
Paralelamente, observa-se um crescimento considerável no percentual daqueles que percebem melhora nessa dinâmica, que passou de 18,9% na edição anterior para 25,5% na atual – um avanço de 6,6 p.p. Por outro lado, as respostas que indicam

piora recuaram expressivamente, apresentando queda de 5,7 p.p. no período.

O volume de percepções que apontam evolução positiva superou o grupo que identifica deterioração. Esse movimento marca uma inflexão relevante na série histórica: pela primeira vez em três edições, o viés de melhora tornou-se mais representativo do que sua contraparte negativa, sinalizando um ambiente de maior distensão institucional. O somatório das avaliações “melhor” ou “igual” atingiu 69,1% do total das respostas.

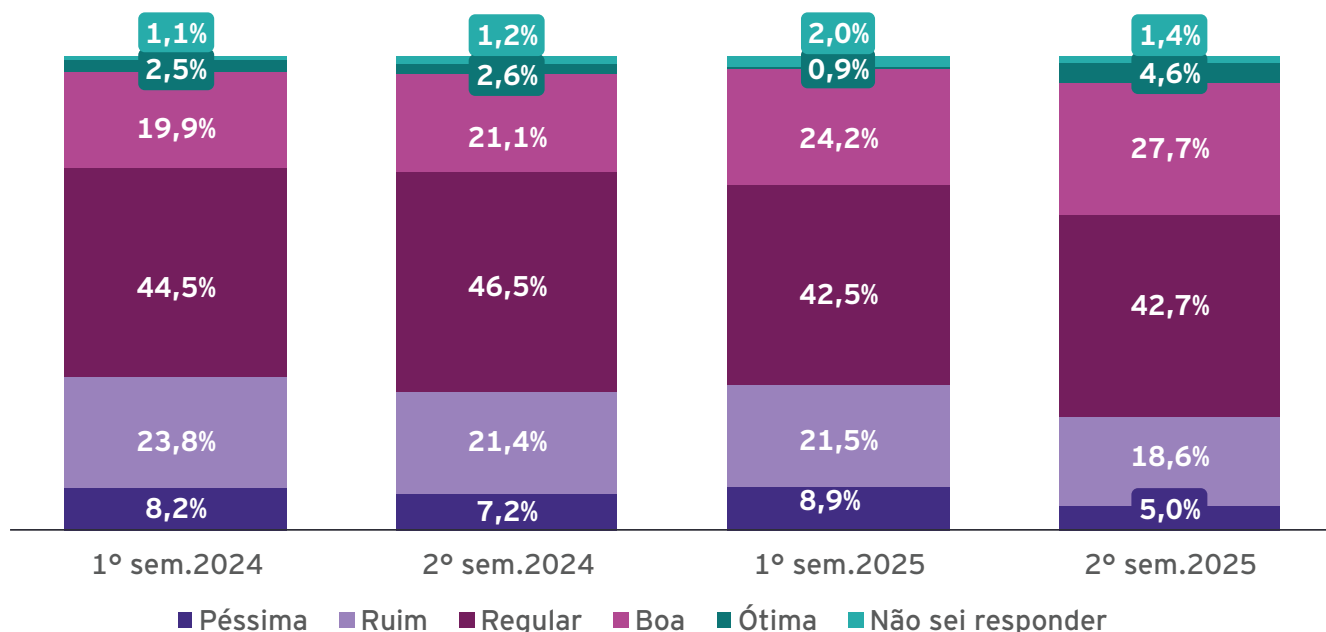
1

Como você avalia o relacionamento entre o Poder Executivo e órgãos de controle atualmente em comparação aos 12 meses anteriores?



Fonte: ABDIB, 2025.

2 Como você classificaria a atuação dos órgãos de controle no cumprimento de suas competências naquilo que tange à infraestrutura?



Fonte: ABDIB, 2025.

Notoriamente a atuação eficiente e equilibrada dos órgãos de controle é fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. Entre os entrevistados, assim como nas pesquisas anteriores, conservou-se a preeminência da ideia de que essas instituições têm mantido uma atuação regular no cumprimento de suas competências.

Em comparação com a edição anterior, destaca-se o fortalecimento do viés positivo: a parcela que considera a atuação como “ótima” avançou expressivamente de 0,9% para 4,6%, enquanto a

avaliação “boa” cresceu de 24,2% para 27,7%. Em contrapartida, as avaliações negativas arrefeceram de forma relevante. A percepção “ruim” atingiu 18,6% (segundo menor valor da série histórica) e a “péssima” retraiu 3,9 p.p., chegando a 5,0% – igualando o piso histórico apurado no primeiro semestre de 2022.

Dessa forma, consolida-se uma inversão de tendência: as avaliações “ótima” e “boa” somadas (32,3%) agora prevalecem sobre o agregado das percepções “ruim” e “péssima” (23,6%).



5 Ambiente para Investimentos

Saneamento Básico retoma a liderança nas intenções de investimento; Rodovias e Energia mantêm posição entre os principais setores.

O setor de Saneamento Básico voltou à liderança do grupo, ultrapassando o de Rodovias, que ocupou a primeira posição na edição passada. Ambos os segmentos permanecem próximos, dado que a diferença entre estes é de apenas 1,4 p.p.

Apesar da inversão entre o primeiro e o segundo colocados, ressalta-se que o mesmo trio de setores concentra, pela sétima edição consecutiva, a maior parte das expectativas de expansão para o próximo triênio.

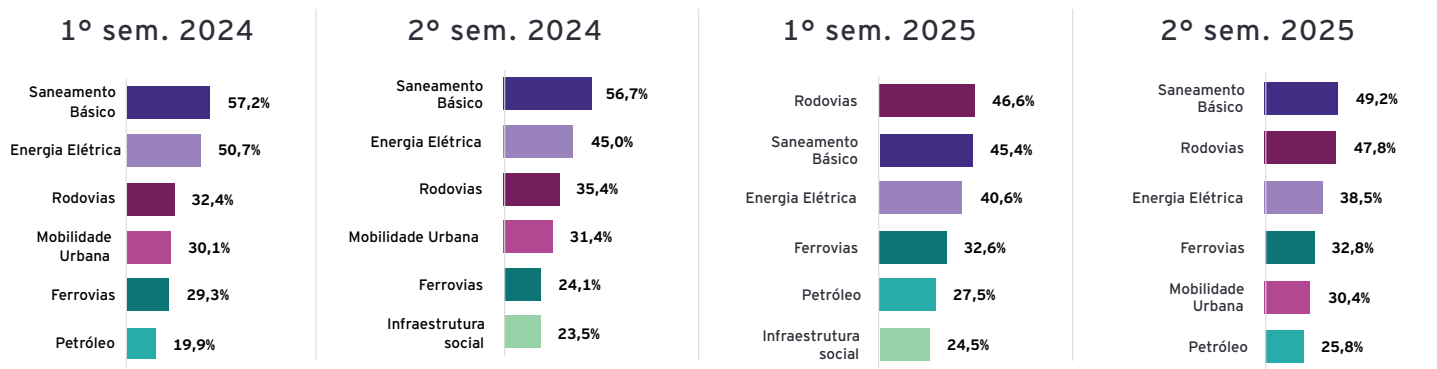
Em termos de comparação com os apontamentos do último semestre, apesar da estabilidade que os dados coletados sugerem para os três primeiro colocados, as expectativas dos empresários para o

setor de mobilidade urbana foram potencializadas, tendo este sido elencado em 30,4% das respostas, ante 24,3% na publicação anterior, e ascendido duas posições no ranking.

De acordo com o *pipeline* de projetos do BNDES, o ano de 2026 deve apresentar negociações importantes no âmbito dos dois primeiros setores, com três leilões previstos para o setor de Saneamento e 4 para o de Rodovias, dando continuidade à movimentação observada em 2025, com a realização dos leilões do Pará e dos Blocos A,B, C e D do Pará, ambos relativos a concessões de saneamento⁸, e dos Lotes CN2 e CN5, relativos a concessões de rodovias⁹ federais.

1

Aponte três setores que você entende que haverá aumento de intenções de investimento nos próximos três anos.



Fonte: ABDIB, 2025.

8. Disponível em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Saneamento#Pipeline>. Acesso em: 19/12/2025.

9. Disponível em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Rodovias#Pipeline>. Acesso em: 19/12/2025.

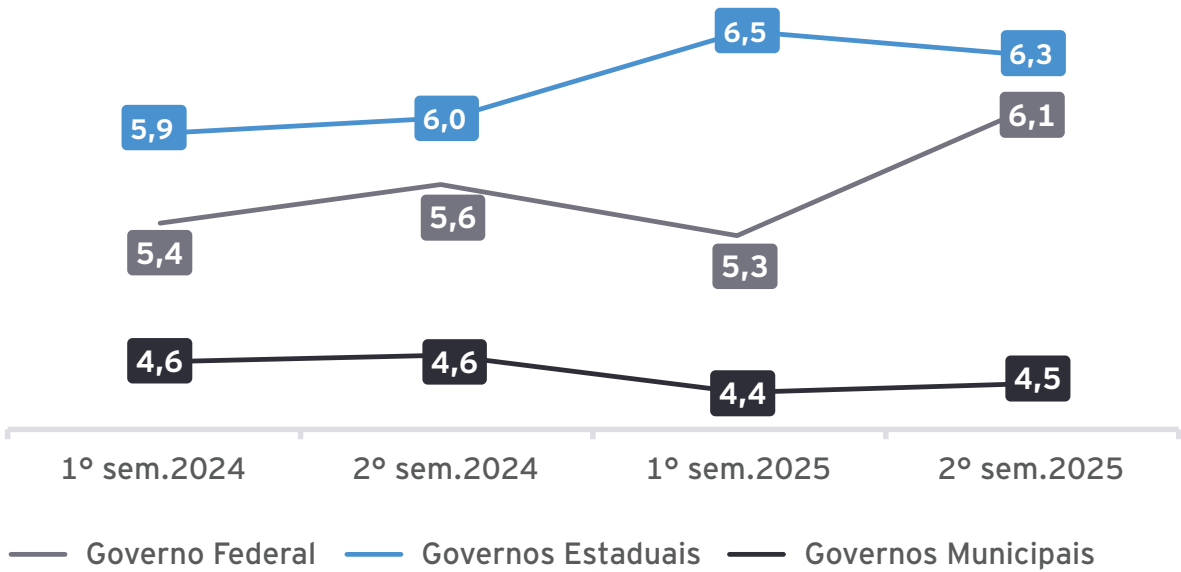
Quanto à percepção acerca da efetividade da atuação dos governos enquanto agentes viabilizadores de investimentos no setor de infraestrutura observou-se a melhora direcionada à performance do Governo Federal, representada por um aumento de 0,8 pontos na nota atribuída pelos entrevistados. Os demais resultados não

apresentaram variações expressivas, mantendo-se em patamares similares aos do semestre passado, com um leve decréscimo, de 0,2 pontos na graduação média dos Governos Estaduais e acréscimo de 0,1 ponto no grau dos Governos Municipais. Destaca-se a aproximação entre as avaliações dos Governo Federal e Estaduais.

2

O quanto os governos adotaram decisões importantes para a promoção de investimentos em infraestrutura nos últimos seis meses?

Número entre 0 e 10, em que 0 representa nenhuma ação importante e 10 significa muitas ações importantes.



Fonte: ABDIB, 2025.

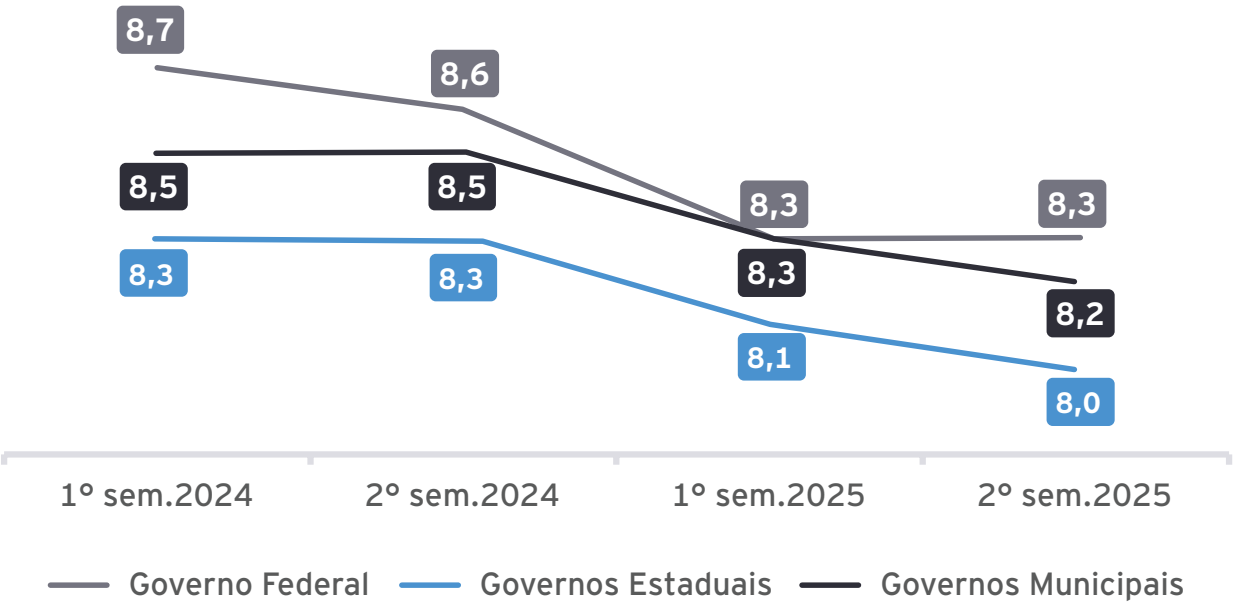


Em comparação à pesquisa anterior, observa-se estabilidade nas perspectivas acerca do nível de esforço que deve ser despendido para a promoção de investimentos em infraestrutura, mantendo-se patamares semelhantes aos da edição passada. O Governo Federal sustentou a pontuação de 8,3. Já as visões relativas à necessidade de esforço das esferas estadual e municipal totalizaram notas 8,0 e 8,2, respectivamente, ambas registrando leve decréscimo de 0,1 ponto em relação ao levantamento anterior.

Apesar das oscilações marginais, todos os resultados se mantêm em patamares elevados, próximos da nota máxima de 10,0, indicando a percepção de que os governos teriam capacidade para se esforçarem muito além dos níveis atuais. Ainda assim, destaca-se que os atuais resultados se configuram como os menores já registrados na série histórica.

3 O quanto cada esfera administrativa precisa esforçar-se nos próximos seis meses para a promoção de investimentos em infraestrutura?

Número entre 0 e 10, em que 0 equivale a nenhum esforço adicional e 10 significa muito esforço adicional.



Fonte: ABDIB, 2025.

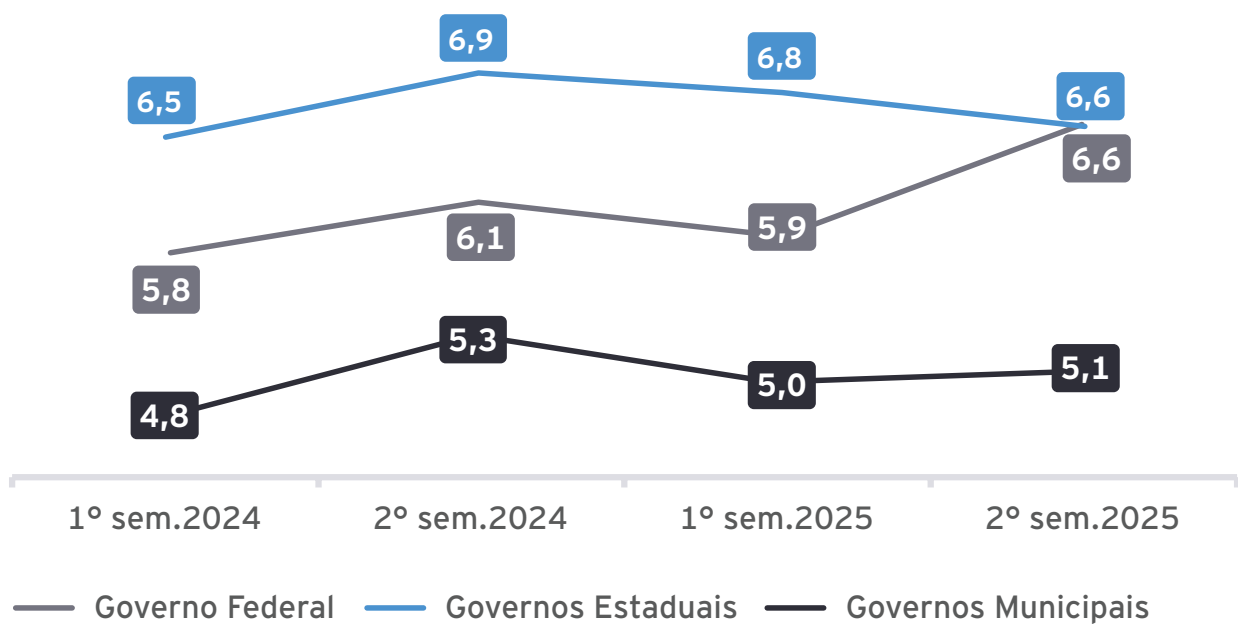


Após se manter superior por seis edições consecutivas, a expectativa do mercado sobre o potencial de concessões e PPPs nos níveis estaduais convergiu, igualando-se à do Governo Federal. Essa mudança de cenário decorre da evolução de 0,7 pontos na avaliação da esfera federal, em contraste com a leve retração de 0,2 pontos observada no nível estadual, enquanto o espectro municipal manteve estabilidade.

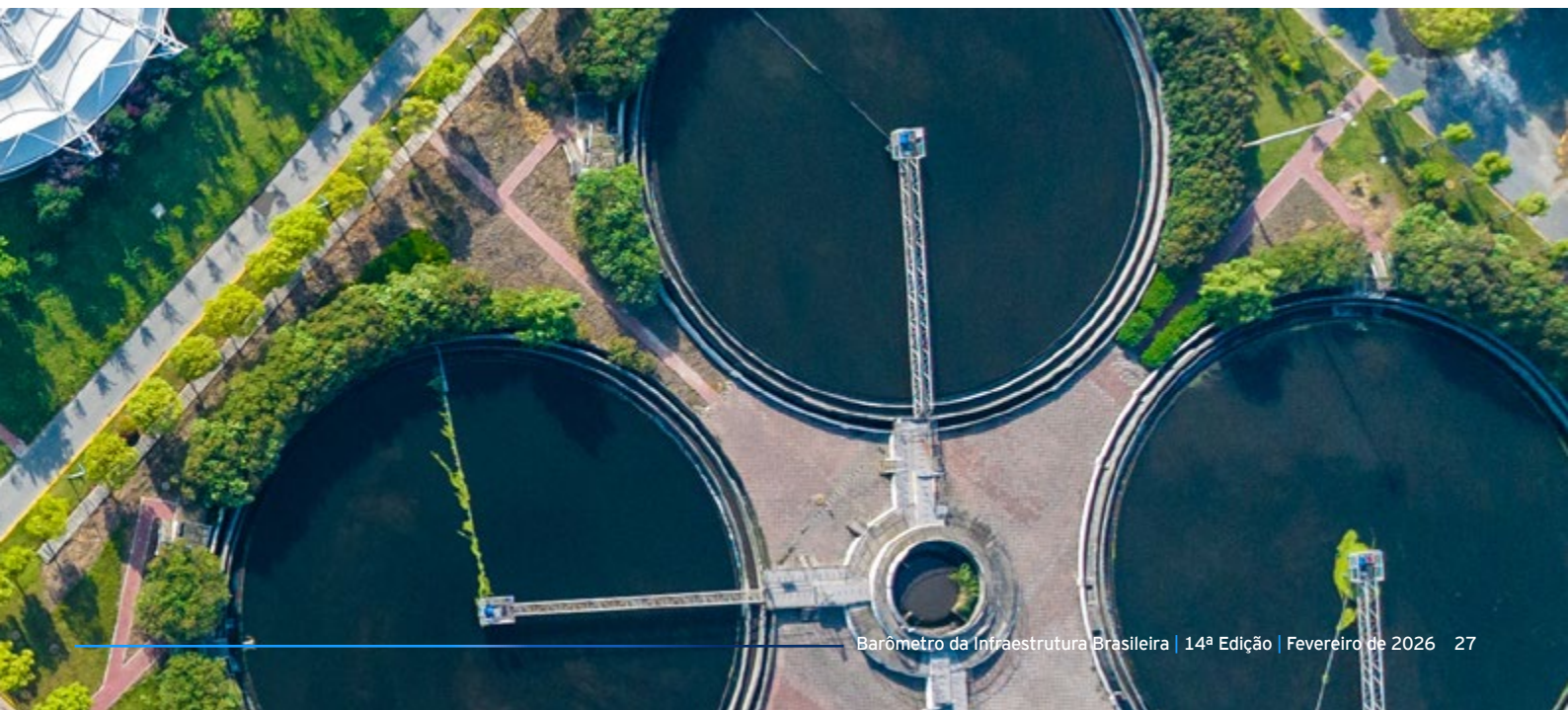
A ampliação do potencial percebido na União enfatiza a leitura de condições mais favoráveis para a estruturação de projetos no curto prazo, movimento que se correlaciona diretamente com a percepção positiva sobre as medidas administrativas recentemente adotadas.

4 Qual é o potencial para ocorrerem concessões e PPPs de infraestrutura nos próximos seis meses nos seguintes entes federativos?

Número entre 0 e 10, em que 0 equivale a nenhum potencial e 10 significa muito potencial.



Fonte: ABDIB, 2025.



A REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS REFLEXOS NA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023¹⁰, consolidada pela transição para o modelo de IVA Dual (IBS e CBS), altera o paradigma da tributação sobre o consumo no Brasil ao migrar de um sistema fragmentado e cumulativo para a não cumulatividade plena. Para as Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que operam concessões e PPPs, essa mudança extingue a possibilidade de escolha entre os regimes cumulativo e não cumulativo, impondo uma alíquota combinada estimada em cerca de 26,5%.

Esse novo cenário é particularmente relevante em um momento de restrição monetária, onde a taxa de juros de 15% a.a. já leva 45,4% dos agentes a postergarem seus investimentos, conforme pesquisa. A reforma compensa parte desse custo financeiro através da não cumulatividade plena, permitindo que o crédito gerado na aquisição de insumos seja aproveitado integralmente, eliminando o “resíduo tributário” histórico do setor.

Principais vetores de mudança e impactos estruturais

Para os projetos de infraestrutura, a vigência do novo regime introduz alterações profundas na dinâmica de alocação de riscos e na estruturação de projetos, destacando-se os seguintes aspectos:

- ▶ **Desoneração do CAPEX:** O direito ao crédito imediato sobre bens de capital e serviços de construção reduz o montante de financiamento necessário durante a fase de implantação.
- ▶ **Setores Favorecidos:** Serviços de mobilidade urbana, saúde e educação poderão usufruir de uma redução de até 60% nas alíquotas, o que impacta diretamente a atratividade de PPPs nessas áreas¹¹.
- ▶ **Mecanismo de *Split Payment*:** A regulamentação prevê que o pagamento do tributo ocorra no ato da liquidação financeira da nota fiscal, o que automatiza a geração de créditos e reduz o hiato de caixa das concessionárias.
- ▶ **Mitigação de Juros:** Ao reduzir o valor absoluto necessário para o investimento inicial, a desoneração do CAPEX compensa parcialmente o impacto da taxa Selic, que tem levado 45,4% das empresas a postergarem decisões de investimento.
- ▶ **Atratividade Internacional:** A adoção de um IVA em conformidade com os padrões da OCDE elimina a insegurança jurídica sobre a incidência de ISS e ICMS, fatores que antes geravam litígios complexos entre entes federativos.

10. BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/reforma-tributaria>. Acesso em: 29/12/2025.

11. Conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023, Art. 9º, que insere o art. 156-A, § 5º, inciso V à Constituição Federal. A regulamentação prevê redução de 60% nas alíquotas para serviços de educação, saúde e transporte coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semiurbano e metropolitano.

ADAPTAÇÃO DA MODELAGEM FINANCEIRA E O CENÁRIO DE REEQUILÍBRIOS

A transição para o novo regime tributário impõe uma revisão estrutural na modelagem financeira do setor de infraestrutura, impactando tanto a estruturação de novos projetos quanto a gestão dos contratos em vigor. A migração para um sistema de não cumulatividade plena altera a dinâmica de fluxo de caixa das concessões, exigindo que as novas modelagens incorporem variáveis críticas como o impacto do *split payment* na liquidez corrente e a correta mensuração dos créditos tributários sobre o CAPEX e OPEX, fatores determinantes para a bancabilidade dos futuros leilões.

No tocante aos contratos vigentes, o desafio central reside no isolamento dos efeitos da nova carga tributária para preservar a equação econômico-financeira original. A metodologia de ajuste deve buscar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, utilizando preferencialmente o cálculo pelo Fluxo de Caixa Marginal para aferir a variação do Valor Presente Líquido (VPL). O objetivo é garantir que a alteração da alíquota e da base de cálculo não represente ganho ou perda indevida para as partes, respeitando a matriz de riscos pactuada.

Diante da complexidade desses cálculos e da universalidade da reforma, o setor deve se preparar para um iminente aumento de processos de reequilíbrio econômico-financeiro. Esse cenário exigirá uma atuação de extrema diligência técnica e agilidade por parte das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), Poderes Concedentes e Agências Reguladoras, a fim de evitar passivos regulatórios e assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante o período de transição da reforma tributária.



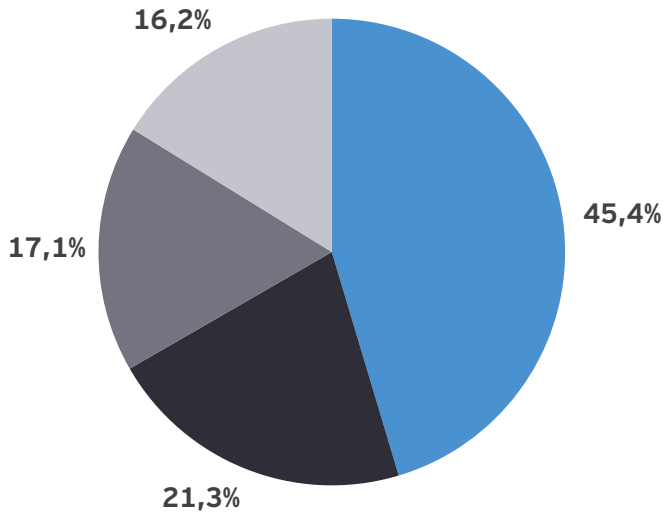
An aerial photograph of a large, complex offshore oil platform in the middle of a deep blue ocean. The platform features a central processing area with various pipes, tanks, and structures. Several long, narrow walkways or jacking legs extend from the main platform towards the corners of the frame, each ending in a smaller, square support structure. The water is a vibrant teal color, and the sky is not visible.

6 Contexto atual da infraestrutura no Brasil

O impacto da restrição monetária nas decisões de investimento

1

Qual o impacto da taxa de juros de 15% a.a. nas decisões de investimento da sua empresa?



- Os Investimentos estão sendo postergados.
- A empresa optou por manter os investimentos, mas com capital próprio.
- Não sei responder.
- Mantivemos os investimentos, mesmo com a Selic em patamar tão alto.

Fonte: ABDIB, 2025.

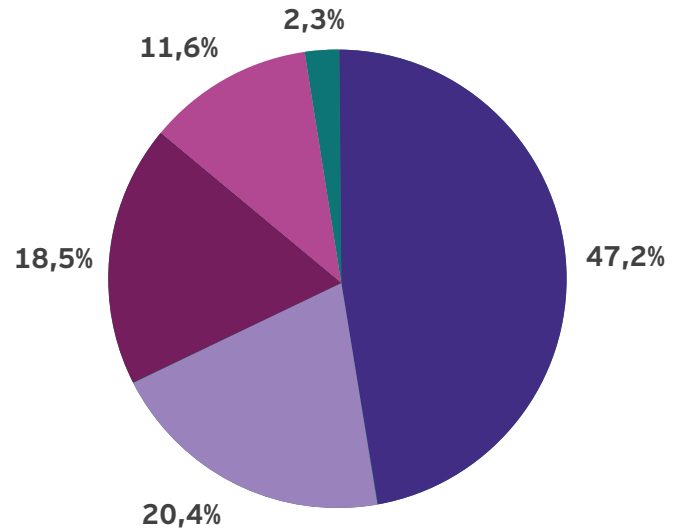
O cenário de restrição monetária, com a taxa de juros no patamar de 15% a.a., impõe barreiras severas à alocação de capital. Uma parcela majoritária dos entrevistados (45,4%) aponta que, diante desse custo financeiro, os investimentos estão sendo postergados, evidenciando o efeito de retração na economia real.

Adicionalmente, 21,3% das empresas indicaram que optaram por manter os investimentos, porém recorrendo exclusivamente a capital próprio, evitando a exposição aos juros de mercado. Somando-se esses grupos, constata-se que dois terços da amostragem (66,7%) não estão utilizando capital de terceiros para alavancar novos projetos, o que limita o potencial de expansão da infraestrutura no curto prazo. Apenas 16,2% afirmaram manter os investimentos inalterados mesmo com a Selic nesse patamar.

Percepção sobre o ambiente de financiamento e *funding* alternativo

2

Como você avalia o ambiente atual para a utilização de recursos de bancos de fomento (interno e externo) e debêntures incentivadas no financiamento de projetos de infraestrutura?



- Favorável (as opções existem, mas há burocracia ou custo elevado).
- Desfavorável (o acesso ao financiamento é restrito ou muito custoso).
- Neutro.
- Muito favorável (as opções de financiamento são amplas e acessíveis).
- Não sei responder.

Fonte: ABDIB, 2025.

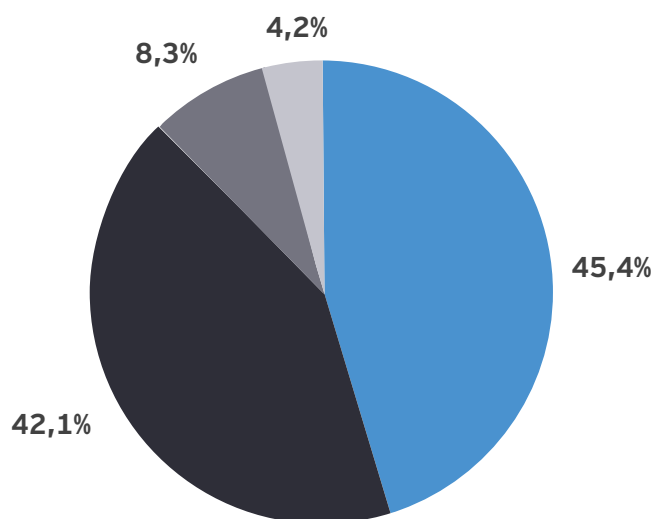
No que tange aos mecanismos de *funding* alternativos, a percepção é majoritariamente positiva, porém com ressalvas. A maioria dos entrevistados (58,8%) avalia o ambiente como favorável, somando-se as visões de “Favorável” e “Muito Favorável”.

Entretanto, a qualidade dessa percepção exige cautela: a maior fatia desse grupo (47,2%) classifica o cenário como favorável, mas aponta expressamente a existência de burocracia ou custos elevados como entraves persistentes. Em contrapartida, uma parcela relevante de 20,4% ainda considera o ambiente desfavorável.

O desafio da execução: falta de profissionais qualificados já impacta a quase totalidade do mercado

3

Como você analisa o impacto da carência de profissionais no mercado de atuação da sua empresa?



- Médio impacto.
- Alto impacto.
- No meu setor não há carência de mão de obra especializada.
- Não sei responder.

Fonte: ABDIB, 2025.

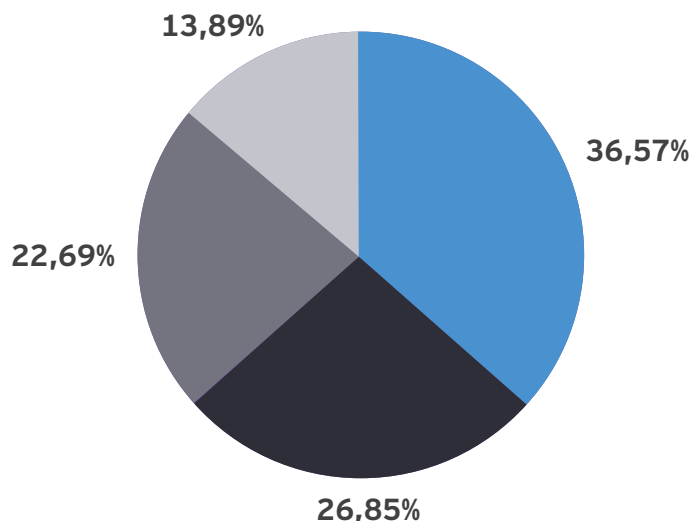
A escassez de mão de obra qualificada consolidou-se como um gargalo estrutural e abrangente. A quase totalidade dos entrevistados (87,5%) confirmou que a falta de profissionais impacta o mercado de atuação de suas empresas.

Em contrapartida, apenas uma pequena minoria de 8,3% indicou que não há carência de mão de obra especializada em seu setor, evidenciando que o “apagão de talentos” é uma realidade transversal na infraestrutura nacional.

Descarbonização em curso: o setor supera a inércia, mas busca a consolidação da agenda climática

4

Em novembro tivemos a COP 30 em Belém, no Brasil. Em qual estágio o tema redução das emissões está na sua empresa?



- Estágio Intermediário (algumas iniciativas já são adotadas voltadas a redução das emissões).
- Estágio Embrionário (começam a surgir iniciativas voltadas a redução das emissões).
- Estágio Avançado (diversas iniciativas são adotadas visando a redução das emissões).
- Estágio Inativo (nenhuma iniciativa voltada à redução das emissões).

Fonte: ABDIB, 2025.

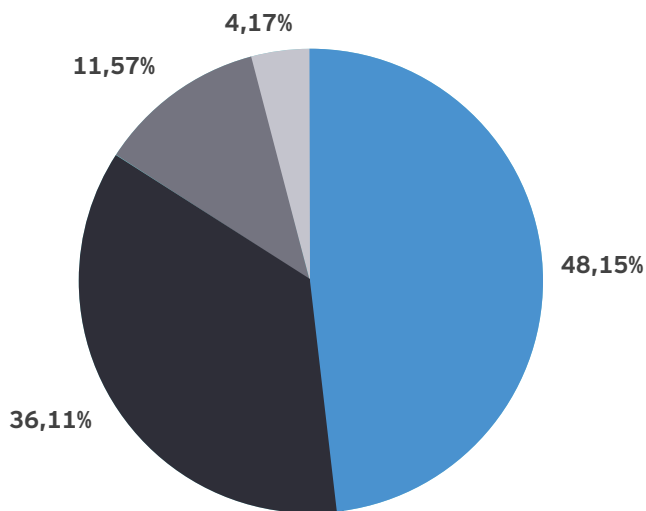
Ao analisarmos o estágio de implementação das práticas de descarbonização, observa-se que o setor se encontra majoritariamente em uma fase de transição. A parcela predominante dos entrevistados (36,57%) classifica suas iniciativas como em “Estágio Intermediário”, indicando que, embora ações já tenham sido adotadas, ainda há um caminho relevante a percorrer para a consolidação da agenda ambiental.

Nota-se um equilíbrio entre os polos de maturidade: enquanto 22,69% das empresas já reportam um “Estágio Avançado” com diversas iniciativas consolidadas, uma fatia ligeiramente superior de 26,85% ainda se encontra em “Estágio Embrionário”, onde as ações apenas começam a surgir. O ponto de atenção recai sobre os 13,89% que permanecem em “Estágio Inativo”, sem nenhuma iniciativa voltada à redução de emissões, representando o passivo de adaptação do setor frente às demandas climáticas.

Horizonte 2026: a alta sensibilidade do setor de infraestrutura ao ciclo político-eleitoral

5

Em outubro de 2026 teremos eleições no Brasil. Como a sua empresa analisa o ambiente político de 2026 e o impacto nos negócios da sua empresa?



- Deve impactar parcialmente os negócios.
- Deve impactar substancialmente os negócios.
- Não deve impactar os negócios.
- Não sei responder.

Fonte: ABDIB, 2025.

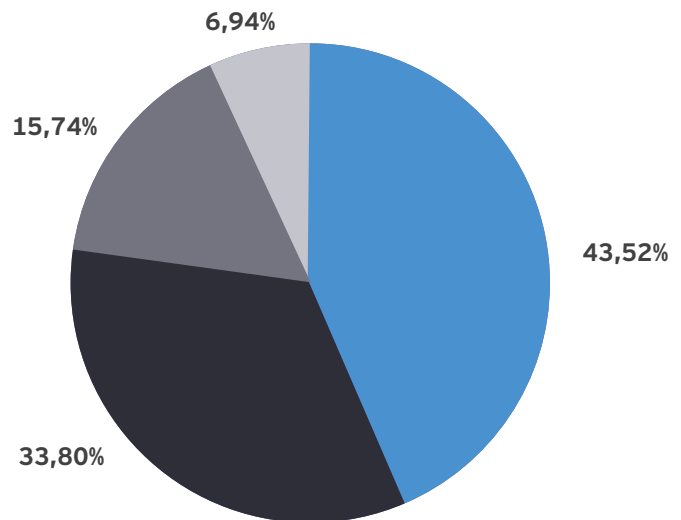
O horizonte eleitoral de 2026 já desperta alta sensibilidade no planejamento estratégico das companhias. O levantamento revela que uma expressiva maioria de 84,26% dos agentes antevê reflexos do ambiente político sobre seus negócios, consolidando o ambiente político como variável chave para o próximo ciclo.

Em contrapartida, a percepção de “blindagem” ou imunidade às oscilações políticas mostra-se minoritária. Apenas 11,57% dos entrevistados avaliam que o pleito não deve impactar seus negócios, enquanto 4,17% preferiram não opinar.

A cautela predomina diante de um ano eleitoral

6

Considerando as eleições em 2026, qual será o cenário de novas licitações de PPPs e concessões no ano que vem?



- Manutenção de cenário similar a 2025.
- Redução do número de licitações em comparação a 2025.
- Aumento do número de licitações em comparação a 2025.
- Não sei responder.

Fonte: ABDIB, 2025.

O calendário eleitoral de 2026 impõe um tom de sobriedade às expectativas de expansão do setor. Prevalece no mercado uma postura cautelosa: a maior proporção dos entrevistados (43,52%) projeta apenas a manutenção do ritmo atual de licitações, enquanto um terço (33,80%) antevê uma redução no volume de novos certames em comparação a 2025.

Ao somarmos esses grupos, constata-se que 77,32% dos agentes não vislumbram crescimento na oferta de novos ativos de concessões e PPPs no próximo ano. Apenas uma minoria de 15,74% aposta em um aumento no número de licitações, o que sugere que o mercado já precifica as restrições da administração pública e a natural inércia na tomada de decisões públicas que caracterizam os ciclos eleitorais.

Análise de temas relevantes que impactam os investidores no cenário atual da infraestrutura brasileira.

O “novo teto” e a dependência do capital privado

Enquanto o mercado observa a taxa de juros, uma pressão silenciosa molda o futuro dos projetos: a restrição efetiva do espaço orçamentário público. Para 2025, o governo federal já impôs um ritmo mais controlado para os gastos do Novo PAC, com bloqueios e contingenciamentos que atingem verbas diretas de investimento para cumprir as metas do arcabouço fiscal¹².

Este cenário consolida o “protagonismo forçado” do setor privado. Conforme dados apresentados no Livro Azul da Infraestrutura (Edição 2025) da ABDIB, a projeção de investimentos nos setores de transporte e logística, mobilidade urbana, saneamento e infraestrutura social totaliza o montante de R\$ 400 bilhões, no que se refere à janela temporal que compreende os próximos 5 anos (2026-2030)¹³. Para o investidor, o recado é claro: considerando o limitado patamar de investimentos públicos, a viabilidade de novos projetos dependerá de modelagens capazes de manter o apetite do mercado e, ao mesmo tempo, maximizar as receitas tarifárias da SPE e o pagamento de outorga para o poder concedente.

Adaptação climática

Se uma das perguntas dessa edição do Barômetro endereçou os desafios da mitigação (redução de emissões), a realidade física das operações impôs uma nova urgência: a adaptação. Os recentes eventos climáticos extremos expuseram de forma crítica a vulnerabilidade da infraestrutura urbana frente ao novo regime de chuvas e ventos. O episódio evidenciou que os parâmetros históricos de engenharia já não são suficientes para garantir a continuidade do serviço público, exigindo investimentos massivos em hardening (endurecimento) de ativos, como o soterramento de redes e o reforço de sistemas de drenagem.

O desafio torna-se ainda mais complexo diante da retração do Estado no financiamento da prevenção. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) apontam que, justamente no ano da COP30, o orçamento federal para gestão de riscos e desastres sofreu um corte de cerca de R\$ 380 milhões¹⁴.

Para o investidor e para o regulador, o cenário sinaliza que a resiliência deixará de ser um item acessório para se tornar uma condicionante de bancabilidade. O mercado de seguros, representado pela CNseg em debates com a ABDIB, já alerta para a necessidade de novas coberturas e para o encarecimento dos prêmios, exigindo que o custo da adaptação física seja equacionado nas tarifas de longo prazo para evitar novos colapsos operacionais¹⁵.

12. Tesouro Nacional. Relatório de Projeções Fiscais e Riscos. Brasília: Ministério da Fazenda, 2º sem. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional>. Acesso em: 29/12/2025.

13. ABDIB. Livro Azul da Infraestrutura – Edição 2025. São Paulo: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, 2025. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2025/>. Acesso em: 06/01/2026.

14. INESC. Brasil corta R\$ 380 milhões para prevenção de desastres em 2025. Disponível em: <https://inesc.org.br/brasil-corta-r-380-milhoes-para-prevencao-de-desastres-em-2025/>. Acesso em: 29/12/2025.

15. CNseg e ABDIB. CNseg e ABDIB debatem integração entre seguros e infraestrutura na era da transição climática. Disponível em: <https://cnseg.org.br/noticias/cnseg-e-abdib-debatem-integracao-entre-seguros-e-infraestrutura-na-era-da-transicao-climatica>. Acesso em: 29/12/2025.

Sobre o estudo

O Barômetro da Infraestrutura Brasileira é uma sondagem semestral realizada pela ABDIB e pela EYP, de forma digital, com o objetivo de captar a opinião de gestores, de investidores e de especialistas que apoiam a estruturação de projetos de infraestrutura.

Não tem caráter científico.

Intervalo de captura das respostas, nesta edição, foi de 20/11/2025 a 13/12/2025.

Quantidade de respostas: 225

Contatos

ABDIB

Roberto F. Guimarães

Diretor de Planejamento e Economia
roberto.guimaraes@abdib.org.br

Ricardo Galuppo

Diretor de Comunicação
ricardo.galuppo@abdib.org.br

Frederico Moreno P. Barreto

Coordenador Depto. Economia
fred@abdib.org.br

Victória Pedroso

Assistente de Relações Públicas
victoria@abdib.org.br

EY-Parthenon

Gustavo Gusmão

Sócio
gustavo.gusmao@parthenon.ey.com

Jorge Heitor Souza

Consultor
jorge.Souza1@parthenon.ey.com

Roanny Garcia

Gerente Sênior
roanny.Garcia@parthenon.ey.com

EY | Building a better working world

Sobre a EY

A EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor em longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais.

Utilizando dados, inteligência artificial e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY ajudam clientes a moldar o futuro com confiança e a solucionar as questões mais complexas do mundo atual.

As equipes da EY atuam em todo espectro de serviços em assurance, consulting, tax e strategy and transactions. Impulsionadas pela visão dos setores da indústria, parceiros de diversos ecossistemas e uma rede multidisciplinar e globalmente conectada, as equipes da EY podem fornecer serviços em mais de 150 países.

Todos juntos para moldar o futuro com confiança.

EY se refere à organização global e pode se referir a uma ou mais firmas-membro da Ernst & Young Global Limited, cada uma das quais é uma pessoa jurídica independente. A Ernst & Young Global Limited, uma empresa do Reino Unido limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY coleta e usa dados pessoais, bem como a descrição dos direitos dos indivíduos sob a legislação de proteção de dados, estão disponíveis em ey.com/privacy. As firmas-membro da EY não exercem a advocacia onde são proibidas da prática pelas leis locais. Para mais informações sobre a nossa organização, visite ey.com.br.

Sobre a EY-Parthenon

Nossa combinação única de transformative strategy, transactions e corporate finance oferece valor no mundo real – soluções que funcionam na prática, e não apenas no papel.

Beneficiando-se do espectro completo de serviços da EY, reimaginamos a consultoria estratégica para atuar em um mundo de crescente complexidade. Com profunda expertise funcional e setorial, aliada a uma tecnologia inovadora impulsionada por IA e uma mentalidade de investidor, colaboramos com CEOs, conselhos, private equity e governos em cada etapa do caminho – permitindo que você molde seu futuro com confiança.

A EY-Parthenon é uma marca sob a qual várias firmas-membro da EY em todo o mundo oferecem serviços de consultoria estratégica. Para mais informações, visite ey.com/pt_br/services/strategy/parthenon.

©2026 EY Brasil.

Todos os direitos reservados.

ey.com.br

Facebook | [EYBrasil](#)

Instagram | [eybrasil](#)

LinkedIn | [EY](#)

YouTube | [EYBrasil](#)

ABDIB

Sobre a ABDIB

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;
- Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;
- Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;
- Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

A ABDIB congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de private equity, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

abdib.org.br

Facebook | [abdib.infraestrutura](#)

Twitter | [AbdibOficial](#)

LinkedIn | [abdib](#)

Instagram | [infraparacrescer](#)

Youtube | [abdiboficial](#)